

AVALIAÇÃO DA INOVAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS COMO ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE RENDA PARA POPULAÇÕES EXCLUÍDAS DO MERCADO DE TRABALHO

Andrea Cristina Martins

Advogada, mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Daniel Francisco Rossi

Administrador, Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

RESUMO: O mercado de trabalho informal no Brasil vem crescendo desordenadamente, conseqüência da busca de mão-de-obra excluída das relações de trabalho formais. Calcula-se que 30 milhões de pessoas trabalham informalmente. Além destes, há uma parcela de trabalhadores totalmente fora do mercado de trabalho, formando uma classe de excluídos. Estes, porém, começam a ganhar poder ao perceber uma outra forma de inserção econômica. A busca por diferentes inovações para novos empreendimentos, com inovações em seus sistemas de gestão e parcerias, estão possibilitando o enfrentamento destes problemas. Dois mecanismos tradicionais como o associativismo e o cooperativismo vêm se remodelando para esse intento. No primeiro caso, um dos motivos principais de uma associação é a união de esforços, dinheiro, equipamentos e disposição para o trabalho. Os associados têm mais condições de se capacitarem e de gerir seus negócios. Outra forma são as cooperativas, baseadas em princípios como democracia, participação e responsabilidade. Embora essas estruturas de empreendimentos sejam tradicionais, cooperativas e associações vêm se reinventando, buscando adaptar-se para se tornarem mecanismos de inclusão social. Há problemas a serem enfrentados por essas organizações econômicas populares, como a concorrência com grandes empresas, a autogestão, o planejamento da produção, a construção da relação com o mercado, necessidades que vão depender da capacitação e qualificação dos membros de tais organizações. Percebe-se, ainda, que a forma organizativa mais adequada para reunir pessoas e levar adiante uma atividade social é a associação; mas, para se desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva, a forma organizativa mais adequada é a cooperativa. Este trabalho descreve essas alterações que vêm ocorrendo e a maneira como vêm se inovando para essas novas possibilidades mediante o estudo de caso de uma associação na cidade de Colombo – Estado do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendimentos autogestionários; Cooperativismo; Associativismo; Economia solidária.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras cooperativas surgiram na Inglaterra com o Movimento Cooperativista de Robert Owen e na França com François Marie Charles Fourier, como forma de reação ao empobrecimento causado pela Revolução Industrial. Embora ao longo do tempo tenham se tornado possibilidades de organização para situações muito específicas, a volta ao interesse pelas cooperativas e associações de trabalhadores é uma nova reação à grande massa de exclusão do mercado de trabalho.

Este artigo, procura evidenciar o aumento de trabalhadores no mercado de trabalho informal e o aumento considerável de novos empreendimentos populares, dentre os quais os autogestionários, como alternativas de geração de renda e exercício da cidadania para tais trabalhadores.

Considerando o objetivo deste estudo, apresentaremos, em uma primeira etapa, uma breve evolução de como tal crise pela falta de trabalho formal gerou esta classe de excluídos. Em um segundo momento, será feita uma abordagem conceitual sobre as cooperativas e associações. Analisar-se-á como tais trabalhadores estão se organizando, avaliando os pontos fortes que o associativismo pode lhes propiciar na melhoria da sua qualidade de vida e de sua família. Em etapas subseqüentes, serão abordados de forma teórica, a autogestão como forma de gerenciamento de tais empreendimentos solidários e seus benefícios.

Far-se-á, então, uma análise dos resultados da Associação de Catadores de Material Reciclável da Vila Zumbi, apresentado em forma de estudo prático dos pontos fortes deste tipo de empreendimento solidário, tanto financeiramente quanto em aspectos pessoais a esses trabalhadores.

Dessa forma, será possível avaliar de que maneira mecanismos tradicionais, como o associativismo, vêm se adaptando às novas necessidades sociais.

Tem-se então, como objetivo maior desse trabalho, a avaliação da inovação em empreendimentos autogestionários como alternativas de geração de renda e exercício da cidadania para populações excluídas do mercado de trabalho.

2 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa tem como metodologia de pesquisa uma visão interpretativista da revisão bibliográfica realizada e a verificação de um empreendimento autogestionário de associação de catadores de materiais recicláveis na Vila Zumbi, em Colombo (Paraná), PR, situada na Região Metropolitana de Curitiba.

Uma visão interpretativista do mundo e dos problemas sociais, que estão causando tanta exclusão e falta de emprego e renda, abrirá uma enorme gama de pesquisa e abordagens acerca do tema. O zelo científico será uma constante, pois este é primordial para a elaboração teórica esmerada com coerência interna e com marcos teóricos bem definidos. A impessoalidade absoluta não será possível, pois para uma abordagem crítica do tema escolhido será necessária a determinação de posições até mesmo ideológicas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A importância de se repensar o mundo em que vivemos passou a assumir a pauta das discussões internacionais e os estudos dos grandes pensadores, filósofos e pesquisadores. Percebeu-se que o sistema de capital implantado em nossas economias está, em muitas situações, gerando uma distribuição de renda e de oportunidades extremamente desiguais aos trabalhadores. Nos dizeres de Galeano (2005), gerando um mundo ao avesso.

De acordo com Santos (2002, p.13), os dias em que vivemos hoje são paradoxais. Se por um lado apresentam-se grandes avanços e transformações – “transformações dramáticas, dramaticamente designadas por revolução da informação e da comunicação, revolução eletrônica, revolução da genética e da biotecnologia”, por outro lado é um tempo de inquietantes regressões. No seu dizer, “do regresso de males sociais que pareciam superados ou em vias de o ser: o regresso da escravatura e do trabalho servil (...)”.

A sociedade atual vem sofrendo muitas transformações, as quais podem ser observadas em muitos setores específicos da sociedade, como também na sociedade como um todo. Uma das conseqüências mais evidentes de todo esse

processo é a relação do homem com o trabalho. Os postos de emprego formal estão diminuindo, e o perfil do trabalhador, mudando.

No entanto, a sociedade baseada no capital tem diminuído o trabalho formal, mas não tem proporcionado de maneira eficaz e proporcional outra forma de trabalho. Esse trabalhador, muitas vezes excluído das relações de trabalho e da sociedade, procura por algum tipo de renda, e o mercado de trabalho informal vem crescendo assustadora e desordenadamente.

Segundo Santos (1999), existem atualmente em todo o mundo cerca de um bilhão de pessoas desempregadas ou subempregadas (que estão no mercado informal, sem renda média) e sem perspectivas de se adequarem ao novo perfil exigido pelas organizações modernas, “formam o contingente maciço da força de trabalho denominada *just-in-time* – maleável, fluída, e descartável.”

Conforme Seabra (2004, p.6), utilizando-se de dados do IBGE e BNDES, calcula-se que existam mais de 9 milhões de empreendimentos informais. Peixoto (2004, p.18) corrobora com esses dados, afirmando que mais de 30 milhões de pessoas trabalham informalmente em pequenos negócios.

Segundo Zockun (apud PASTORE, 2004), no Brasil cerca de 60% das pessoas que trabalham estão no mercado informal. É um número alarmante e que não pára de crescer, pois “a informalidade no Brasil atinge não apenas o mercado de trabalho, mas também o mundo das empresas. Um estudo recente baseado em 110 países, mostrou que o Brasil ocupa o 4º lugar, com uma informalidade que chega a 40% do PIB. É uma enormidade.”

Em uma breve análise, Santos (1999) avalia que esses elevados índices de pessoas nos setores informais da economia são características de países pouco industrializados, com população composta do que ele chama de “não-sujeitos (marginalizados pela miséria e mazelas sociais, desprovidos de todo e qualquer recurso financeiro)”.

No entanto, os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho começam a ganhar poder ao perceber uma outra forma de inserção econômica. As associações populares estão se tornando uma excelente alternativa a essa população, como forma de geração de renda e de qualificação profissional de forma equitativa e justa.

Os trabalhadores fora do mercado de trabalho têm buscado trabalho por meio de empreendimentos autogestionários, que podem ser alternativas para a

geração de renda para tais trabalhadores. Dois tipos de empreendimentos que estão possibilitando o enfrentamento destes problemas são o associativismo e o cooperativismo de trabalhadores.

Quanto às associações de trabalhadores, Dal Ri (1999, p.64) descreve que “o associativismo representa uma reação a um estado de coisas, e continua crescendo por vários motivos, tais como: aumento do desemprego nos mais diversos setores da economia, necessidade das pessoas se organizarem para ter mais força para enfrentar o mercado, propiciar um ambiente de trabalho menos competitivo e mais solidário”.

As associações são criadas para solucionar problemas existentes. Portanto, uma associação deve ser um caminho que viabilize soluções eficazes com a participação de todos de forma democrática. Um dos motivos principais de uma associação é a união de esforços, dinheiro, equipamentos e disposição para o trabalho. Os associados têm mais condições de se capacitar e de gerir seus negócios, bem como de desenvolver um senso político e crítico para enfrentar os mecanismos da sociedade capitalista.

As associações são organizações formadas por pessoas e pautadas em regras democráticas, não têm fins lucrativos, não podendo conceder ganhos ou vantagens patrimoniais aos seus associados. Como sociedades civis que são, para existir legalmente, deverão registrar seus estatutos, de acordo com a Lei 6.015/73, e a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XVIII, garante o princípio da autonomia.

Outra forma de empreendimento é a cooperativa. As sociedades cooperativas baseiam-se em princípios como solidariedade, democracia, participação, responsabilidade e preocupação com o semelhante. As cooperativas são organizações formadas por pessoas, regidas por lei específica, devendo ter um estatuto social aprovado em assembléia composta por todos os cooperados. Não buscam lucros, e seus resultados são retornados aos cooperados. Segundo Viana (2002, p.28), observa-se que o sistema de cooperativas é extremamente dinâmico porque os sócios podem decidir tudo, é um processo de invenção.”

Como qualquer empreendimento, as cooperativas têm exemplos de êxitos e fracassos. Segundo Santos (2002, p.37), um dos melhores exemplos de cooperativas, reconhecido mundialmente como modelo de economia cooperativa, é o complexo econômico de Mondregón, situado nos arredores da cidade de mesmo

nome, no País Basco espanhol. Iniciou suas atividades em 1965, contando com 30 mil trabalhadores, 109 fábricas, cadeia de supermercados, banco e universidade. Segundo o autor, “(...) as razões fundamentais do êxito das cooperativas do grupo Mondregón estão relacionadas à inserção das cooperativas em redes de apoio e ao esforço constante para tornar as cooperativas competitivas no mercado global”.

No entanto, existem problemas a serem enfrentados por essas organizações econômicas populares. Os mais usuais são a concorrência com o capital de grandes empresas (muitas vezes suas concorrentes), e situações como a autogestão, o planejamento da produção, a construção da relação com o mercado. Todas estas são necessidades que vão depender de muita capacitação e qualificação constantes dos membros de tais organizações.

Mas existem muitos pontos positivos a serem extraídos destes empreendimentos autogestionários. Um ponto que deve ser ressaltado é que essas organizações econômicas populares têm muito forte os princípios da solidariedade e cooperação, em que o todo busca melhorias para o grupo e para cada indivíduo.

A autogestão auxilia que o grupo tenha maior unidade e que todas as questões relativas ao empreendimento sejam decididas em grupo. E nesta busca por melhorias nasce o verdadeiro exercício da cidadania, que pode ser vista como a busca pelo bem comum da sociedade.

Cabe salientar que, com a autogestão, um elemento importante é que “cada pessoa não só tenha o direito, mas se sinta no dever de gerir as várias casas, e isso é uma concepção de cidadania fundamental, porque cidadania não é só direito, é também dever” (ARRUDA, 2003, p.30).

Este ponto forte dos empreendimentos autogestionários vem ao encontro do conceito de cidadão fornecido por Varella (1998, p.101), que afirma que o novo cidadão é aquele “sujeito ativo da cena política, sujeito reivindicante ou provocador da mutação do direito”. E estes trabalhadores que estão tomando as rédeas de suas vidas, buscando novas formas de geração de renda, estão tendo a oportunidade de ser esse novo cidadão, que reivindica seus direitos, que procura conhecê-los, que não se satisfaz com o sistema atual, e que está provocando mudanças.

Para finalizar, o pode-se verificar que cidadania, segundo Ferreira (2004, p.51), é composta de alguns fatores primordiais, tais como:

- 1) implica o reconhecimento e concretização dos direitos civis, políticos e sociais;
- 2) requer prática de reivindicação, com a ciência de que o interessado pode ser o agente desses direitos;
- 3) requer o conhecimento dos direitos e também dos deveres;
- 4) acarreta um sentimento comunitário, em processos de inclusão;
- 5) apresenta-se como instrumento indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4 A ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DA VILA ZUMBI

A Vila Zumbi dos Palmares está localizada na cidade de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba. Foi criada a partir de uma invasão no dia 13 de maio de 1991 e possui atualmente 6.186 habitantes e 1.784 famílias, segundo dados do Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Grande parte dessa população, conforme informações da Prefeitura de Colombo, não possui emprego fixo, recorrendo à atividade de coleta de materiais recicláveis como alternativa de sobrevivência. Muitos já instituíram essa atividade como meio permanente de vida.

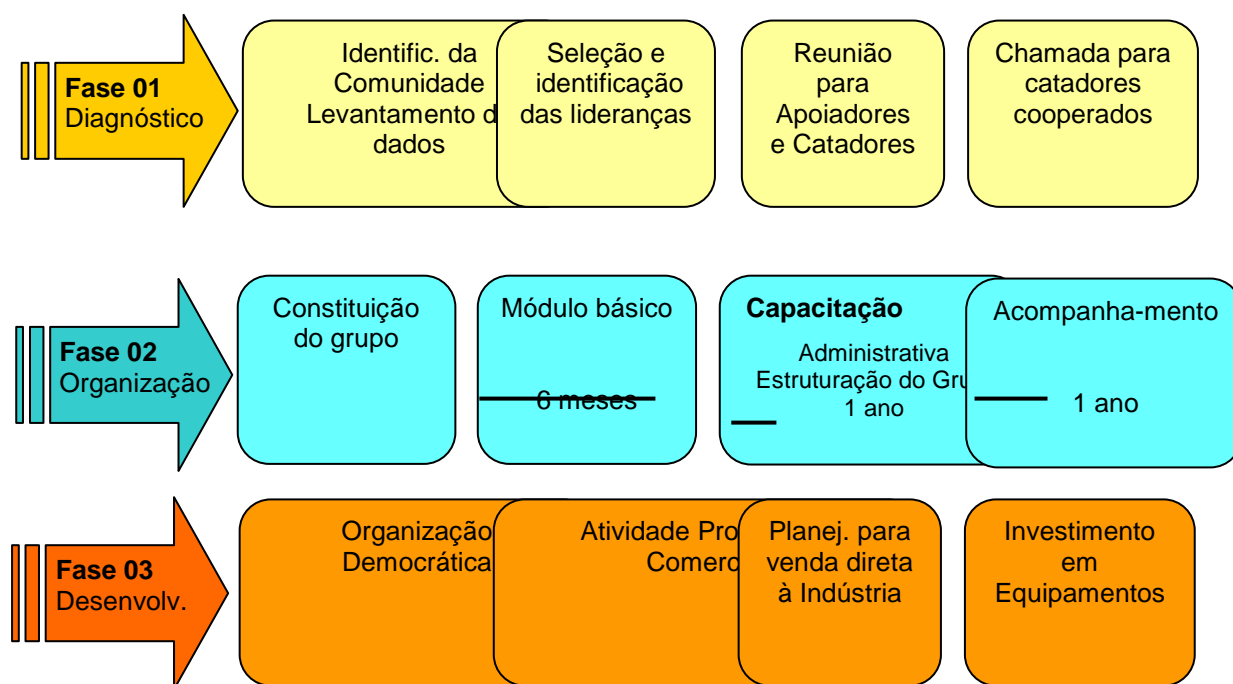
As condições de trabalho desse grupo eram também bastante precárias, já que não havia local para armazenar o material coletado ou equipamentos para beneficiá-lo e, muitas vezes, nem mesmo carrinhos para fazer a coleta, o que ocasionava a perda de boa parte dos materiais recolhidos por ter baixo valor de venda. Materiais como papelão, sucata e plásticos eram vendidos a pequenos depósitos do bairro, conhecidos como atravessadores, que pagavam preços bem inferiores aos do mercado.

A ausência de organização propiciava também o sentimento de exclusão e baixa auto-estima, pois o catador ficava sozinho para enfrentar problemas como o baixo valor na venda do material reciclável, dificuldades com o trânsito, o preconceito da sociedade e as oscilações de um mercado que é um dos primeiros impactados pelas mudanças econômicas nacionais. Acresce-se que, nas condições de catadores de material reciclável autônomos, a atividade é causa de problemas ambientais e de saúde no bairro. Entre os mais visíveis, pode-se destacar o armazenamento de

materiais nas residências e nos depósitos clandestinos, criando lugares propícios para a proliferação de insetos vetores de doenças e o descarte dos materiais sem valor de venda nas margens do Rio Palmital, ocasionando a contaminação do rio e inúmeras enchentes no bairro.

Esse panorama começou a mudar no segundo semestre de 2004, quando, em ação conjunta, diversos parceiros, como a Cohapar (Companhia de Habitação do Paraná), a Prefeitura de Colombo, a Associação AlphaVille Graciosa Residencial e a Fundação AlphaVille, se uniram para auxiliar na formação de uma associação dos catadores da Vila Zumbi. O desenvolvimento das atividades ocorreu conforme ilustrado na figura 1.

FIGURA 1 – PROJETO DA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E SUAS ETAPAS



O trabalho iniciou-se com um diagnóstico, que teve como objetivo identificar quantas famílias viviam da coleta de material reciclável e como a atividade era desenvolvida. Foi constatado que cerca de 200 famílias da Vila Zumbi têm nessa atividade sua principal fonte de renda e que boa parte dos catadores levava seus filhos dentro dos carrinhos durante o trabalho.

A partir desse diagnóstico, partiu-se para uma segunda fase. Nesse momento, um dos parceiros, a Fundação AlphaVille, iniciou uma série de oficinas envolvendo os coletores de material reciclável, conhecidos na região como catadores ou carrinheiros, com o objetivo de fomentar lideranças e construir conjuntamente uma associação. Paralelamente, foi adquirido um terreno nas proximidades da Vila Zumbi (Distrito Industrial Mauá), visando construir a futura sede desta associação.

Após a constituição de um grupo de catadores de material reciclável interessados em associar-se, a Fundação AlphaVille alugou um espaço e adquiriu todos os equipamentos necessários para o trabalho (como prensa, gaiolas de armazenamento e balança industrial), com a finalidade de se dar início à fase 3.

A organização dos catadores de material reciclável, aliada a um trabalho de conscientização ambiental da categoria e da implantação e melhoria da estrutura já iniciada para armazenagem e beneficiamento dos materiais por estes recolhidos, está aumentando a quantidade de catadores associados e melhorando a condição econômica das famílias. Trabalhando de forma associativa, o volume de material reciclável consolidado pela totalidade dos catadores associados pode ser vendido a um preço mais competitivo. Com isso, oportuniza-se uma renda mais digna a esses trabalhadores, diminuem-se os graves problemas socioambientais que afetam toda a região e geram-se capacidades antes inexistentes nos trabalhadores, como as de tomada de decisão e de gestão.

4.1 Metodologia da formação do grupo

O processo de formação do grupo contemplou três aspectos distintos:

- ✓ formação pessoal;
- ✓ formação para o trabalho (específica);
- ✓ formação para o trabalho em conjunto.

Cada aspecto é trabalhado mediante construção participativa, em que o catador é sujeito na construção do seu conhecimento. Para isso, são utilizados debates, dinâmicas, jogos cooperativos, vídeos (acompanhados de debates) e mesas redondas. São privilegiadas, também, as visitas a campo, especialmente a

outras associações em funcionamento. O cronograma dessas atividades está descrito a seguir.

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA FASE INICIAL (EM MESES)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Formação Básica	X	X	X	X	X	X						
Formação Específica	X	X	X	X	X	X	X	X				
Formação Coletiva								X	X	X	X	
Atividades de Campo				X			X			X		

4.2 Assembléia Geral

Os catadores iniciaram o processo de formação do grupo decidindo o tipo de organização que formariam. Inicialmente, foi acordado organizarem-se como uma associação, para em um segundo momento fazerem-se a formação jurídica da cooperativa. Além disso, definiram como seriam os sistemas de trabalho, horários, ausências, a divisão da renda, a criação dos fundos e das cotas.

Também, foram escolhidos por voto em assembléias compostas somente pelos catadores os líderes de cada área, contemplando as seguintes áreas:

- financeira - responsável pelos registros financeiros e pela comercialização do material coletado pelo grupo semanalmente;
- de produção - responsável pela triagem e separação dos resíduos, pesagem e prensagem;
- de relações públicas - responsável pelo contacto com a sociedade e empresas para fomento das doações de resíduos e pela divulgação junto a catadores autônomos para que ingressem no sistema da associação.

Ficou decidido que todas as decisões deveriam ser incluídas no estatuto da organização e/ou no regimento interno e assinadas por todos os membros da assembléia.

Na Assembléia Geral, os apoiadores na formação da associação não deveriam intervir nas decisões, que devem ser tomadas pelos próprios catadores.

Ficam os parceiros somente à disposição para quaisquer informações técnicas ou operacionais que possam surgir.

5 O PAPEL DO APOIADOR

Os investimentos para a estruturação da associação, feita com recursos financeiros em forma de investimentos a fundo não retornável, estão descritos na tabela 1. Para a realização e organização de associações com as características aqui descritas, faz-se necessária a figura de um apoiador. Devido à ausência total de qualquer tipo de recurso por parte dos trabalhadores (técnico e financeiro), nas fases iniciais, o apoiador funciona como mecanismo de nucleação para essas associações.

O apoiador deve perceber a necessidade de treinamentos na área de capacitação técnica, de organização autogestionária e de economia solidária. Porém, ele exerce influência positiva quando reconhece seus limites de atuação. O acompanhamento por parte do apoiador deve ser por tempo determinado, pois seu objetivo não é o de administrar o empreendimento, mas permitir que os próprios catadores possam gerenciá-lo com autonomia, tornando-o viável economicamente e fortalecendo o clima organizacional interno com regras democráticas de convivência e trabalho.

TABELA 1 - ESTRUTURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR INVESTIDO (R\$)
Terreno de 1.000 mts para a construção da sede da associação	1	22.000,00
Balança Industrial	1	2.100,00
Prensa Hidráulica	1	10.000,00
Carrinhos de Coleta	30	7.500,00
EPI (equipamento de proteção individual)	40	2.000,00
<i>Big Bags</i>	50	1.000,00
Gaiolas para armazenamento	6	3.650,00

FONTE: Financiadores Fundação Alphaville e Associação Residencial Alphaville Graciosa

O trabalho de formação pessoal que está sendo realizado com os atuais associados e que será estendido também aos futuros associados está auxiliando no processo de melhoria da auto-estima, no fim do trabalho infantil, e auxiliando a

refletir na importância de temas como saúde, educação, relacionamento familiar, dependência química e qualidade de vida.

Na organização da Associação de Catadores da Vila Zumbi, além dos principais apoiadores, Fundação e Associação Alphaville, há ainda a presença do Instituto Lixo e Cidadania, órgão executivo do Fórum Estadual do Lixo e Cidadania, entidade que fomenta a atividade de criação de associações para catadores de lixo, oferecendo apoio técnico e capacitação administrativa para que os objetivos básicos abaixo descritos sejam cumpridos:

- Cidadania para os catadores - com o trabalho associativo, maiores volumes e qualidade na seleção dos resíduos fazem com que os preços dos produtos aumentem significativamente, aumentando a renda do catador;
- Erradicação do trabalho infantil - condição para que a criança permaneça na escola ou creche com as atividades lúdicas e pedagógicas necessárias à sua plena formação como cidadão.

Percebe-se que somente as atividades de organização e de estruturação dos catadores não são suficientes. Essas atividades, desenvolvidas de maneira isolada, podem sofrer problema de continuidade se não ocorrer o reconhecimento por parte da sociedade de sua real importância e abrangência social. Esse apoio e seu reconhecimento se fazem indispensáveis pela própria característica da atividade do catador e pela dependência inevitável entre os catadores e os fornecedores da matéria-prima que utilizam, os geradores de resíduos recicláveis. Para tanto, projetos paralelos como os de comunicação desta atividade e de sua importância para a sociedade tornam-se necessários. Assim, por parte do poder público e de outras organizações sociais, devem se desenvolver campanhas de publicidade, seja desmistificando e apoiando a atividade do catador, seja incentivando a coleta seletiva ou ainda de erradicação do trabalho infantil. Dessa forma, está-se auxiliando na inserção social desses trabalhadores. Na figura 2 está ilustrado um exemplo de campanha de valorização do catador de lixo reciclável, desenvolvida pelo Instituto Lixo e Cidadania, em Curitiba (Paraná).

FIGURA 2 - CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DO CATADOR



FONTE: Fórum lixo e cidadania

6 SITUAÇÃO ATUAL

Hoje, a Associação dos Catadores de Material Reciclável da Vila Zumbi conta com 40 membros, que comercializam cerca de 40 toneladas de material reciclável por mês. A renda de cada catador associado aumentou em média 120% em relação àquela antes obtida com a venda do material para os depósitos da região de forma autônoma.

A coleta de materiais recicláveis por meio de carrinhos é hoje a maior atividade econômica da Vila Zumbi dos Palmares, sendo fonte de renda direta para mais de 200 famílias e indireta para toda a Vila, já que movimenta todo o comércio local. Atualmente, o Instituto Lixo e Cidadania do Paraná, que fomenta a criação das associações, capacitação, alternativas de comercialização e formação da Rede de Economia Solidária, busca organizar todas as associações existentes na Região Metropolitana de Curitiba. As 14 Associações de Catadores formadas, uma vez que possam unir o volume de suas atividades de coleta, com uma visão diferenciada, privilegiando a qualidade, e acesso à venda diretamente para as indústrias, constituirá o próximo e fundamental passo para o aumento ainda maior da geração de renda, eliminando a dependência do comprador intermediário/atravesador.

Assim, o conceito de Rede Solidária, implantar-se-á em definitivo para esse grupo de cidadãos que merece ter seu trabalho valorizado pela sociedade em

função dos variados benefícios que esta atividade agrega. E pelos benefícios não apenas financeiros, que acarretam às suas vidas e às suas famílias.

7 CONCLUSÃO

Empreendimentos autogestionários estão fortalecendo em cada indivíduo a busca pelo conhecimento de seus direitos, o entendimento de que tanto o indivíduo como o grupo podem reivindicar seus direitos e garantir sua aplicabilidade, que têm deveres e que estes devem ser cumpridos, porque conhecedores dos direitos, e também dos deveres, e acima de tudo a busca pelo bem comum da sociedade.

E aprende-se que mais forte do que um indivíduo apenas, o grupo reúne valores, crenças, pelas quais as pessoas lutam, pelos quais elas costumam mobilizar-se e por meio do qual freqüentemente conseguem modificar uma situação pré-estabelecida.

Alguns cuidados são necessários na organização de trabalhadores. Deve-se perceber que a carência inicial de recursos e de informações não reflete necessariamente incapacidade de autonomia. O apoiador deve ter sensibilidade para atuar como coadjuvante e não substituir atividades e decisões que não devem ser delegadas a outros que não os trabalhadores envolvidos. Somente dessa forma será possível gerar uma autonomia e desenvolver a cidadania, retirando os catadores definitivamente da exclusão social e econômica que estavam inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Marcos. **Economia solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: Fundação Luis Eduardo Magalhães, 2003. Cadernos FLEM, 5.

DAL RI, Neusa Maria. **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **Revista FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia.** Cidadania das crianças, adolescentes e portadores de deficiência e suas implicações nas empresas. Curitiba: 2004, v.7, n 2, jul./dez. 2004.

GALEANO, Eduardo. **Os direitos dos trabalhadores: um tema para arqueólogos?** Disponível em: < <http://www.eduardogaleano.hpg.ig.com.br/galeano9.htm> .> Acesso em 05/02/2005.

PASTORE, José. **A informalidade e a regulamentação legal** – disponível em <<http://www.josepastore.com.br/artigos/relacoestrabalhistas/230.htm>>. Acesso em 02/02/2005.

PEIXOTO, Fabrícia. **Motor do emprego.** Revista Época Negócios – edição especial. São Paulo: 8/11/2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002.

SANTOS, Michelle Steiner dos. **Um mundo sem empregos ou de desemprego: relações possíveis entre homem e trabalho para o século XXI.** Florianópolis, 1999. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta99/michelle/cap1.htm>>. Acesso em 02/02/2005.

SEABRA, Marcos. **A hora dos pequenos.** Revista Época Negócios – edição especial. São Paulo: 8/11/2004.

VARELLA, Marcelo Dias. **O novo em Direito Ambiental.** Marcelo Dias Varella, Roxana Cardoso Brasileiro Borges, organizadores – Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

VIANA, Natália. Economia solidária. **Revista Caros Amigos.** São Paulo: Casa Amarela, ano VI, número 66, set. 2002, p.26-28.